

Importação de Produtos de Origem Animal



Transbordo de produtos de origem animal provenientes de um país terceiro, num porto ou aeroporto da União Europeia

Esclarecimento Técnico n.º 1/DGAV/2025

Altera e revoga o Esclarecimento Técnico n.º 4/DGAV/2020

Os produtos de origem animal provenientes de um país terceiro são obrigatoriamente declarados ao PCF onde se realiza o transbordo, independentemente do tempo de permanência no porto ou aeroporto respetivo. A declaração ao PCF efetua-se para remessas destinadas a colocação no mercado da UE, bem como a remessas que após esse transbordo, transitem para um país terceiro.

1. Declaração da Remessa ao PCF de Transbordo

1.1. Obrigatoriedade de declaração da remessa ao PCF onde se realiza o transbordo

As remessas de produtos constantes do Regulamento de Execução (UE) 2021/632 de 13 de abril 2021, provenientes de um país terceiro e objeto de transbordo de um navio para outro ou de um avião para outro, dentro da zona aduaneira do mesmo porto ou aeroporto, são obrigatoriamente declaradas ao PCF, por correio eletrónico, para o endereço oficial do PCF de entrada da remessa acompanhado pelo modelo DSCE (preenchimento da parte I), independentemente do tempo de permanência no porto ou aeroporto e do destino da remessa após o transbordo.

1.2. Responsabilidade de declaração da remessa ao PCF onde se realiza o transbordo:

A declaração da remessa ao PCF é da responsabilidade do operador responsável por cada remessa (RC) que deve facultar ao PCF toda a documentação requerida para o controlo (documentos originais ou cópias autenticadas) bem como preencher a parte I do DSCE.

1.3. Procedimento de declaração da remessa ao PCF:

Permanência no aeroporto por um período inferior a 3 dias no porto por um período inferior a 30 dias:

Efetua-se, com pelo menos um dia útil de antecedência em relação à data prevista de chegada da remessa, para o endereço eletrónico oficial do PCF.

Permanência no aeroporto por um período superior a 3 dias ou no porto por um período superior a 30 dias:

Efetua-se, com pelo menos um dia útil de antecedência em relação à data prevista de chegada da remessa, através do TRACES NT (preenchimento da parte I do DSCE).

2. Controlo Veterinário no PCF de Transbordo

2.1. Remessas provenientes de um país terceiro com destino a um país terceiro, após transbordo num porto ou aeroporto da UE:

As remessas provenientes de um país terceiro, com destino ao mesmo ou a outro país terceiro, objeto de transbordo num porto ou aeroporto da UE, são sujeitas a controlo no PCF de transbordo, de acordo com o tempo de permanência nesse porto ou aeroporto e com o risco que apresentam.

Permanência no aeroporto por um período inferior a 3 dias ou no porto por um período inferior a 30 dias:

Estas remessas não serão sujeitas a controlo no PCF de transbordo. Se as autoridades competentes do PCF de transbordo suspeitarem de incumprimento das regras de saúde pública ou animal, devem proceder a controlos documentais, de identidade e físicos da remessa. O RC informa e faz prova ao PCF, da saída da remessa.

Permanência no aeroporto por um período superior a 3 dias ou no porto por um período superior a 30 dias:

Procede-se ao controlo documental no PCF de transbordo, com emissão de DSCE. Se as autoridades competentes do PCF de transbordo suspeitarem de incumprimento das regras de saúde pública ou animal, devem proceder adicionalmente a controlos de identidade e físicos da remessa.

2.2. Remessas provenientes de um país terceiro, admitidas no território da UE e objeto de transbordo num porto ou aeroporto da UE (1º PCF), com destino a outro porto ou aeroporto da UE (2º PCF):

Uma remessa objeto de transbordo de um navio para outro ou de um avião para outro, dentro da zona aduaneira do mesmo porto ou aeroporto (1º PCF)¹ e destinada a admissão na UE através de um Posto de Controlo Fronteiriço situado noutro porto ou aeroporto (2º PCF)², é abrangida por regras específicas de controlo, em conformidade com o tempo de permanência nesse porto ou aeroporto e com o risco que apresenta.

Permanência no aeroporto por um período igual ou inferior a 3 dias ou no porto por um período igual ou inferior a 30 dias:

Estas remessas não serão sujeitas a controlo no PCF de transbordo.

Permanência no aeroporto por um período superior a 3 dias ou no porto por um período superior a 30 dias:

Procede-se ao controlo documental no PCF de transbordo, com emissão de DSCE. Estas remessas não serão sujeitas a controlo de identidade e físico no PCF de transbordo.

Se as autoridades competentes do PCF de transbordo suspeitarem de incumprimento das regras de saúde pública ou animal, devem proceder adicionalmente a controlos de identidade e físicos da remessa.

As autoridades competentes do PCF de transbordo devolvem ao RC os certificados objeto dos controlos documentais, a fim de acompanharem as remessas no prosseguimento da viagem.

Este controlo não confere “livre prática veterinária” à remessa em causa, sendo para tal, necessário efetuar o controlo de identidade e físico no PCF de controlo (2º PCF).

1 - PCF de transbordo, 1º PCF;

2 - PCF de controlo ou 2º PCF.

3. Taxas de Controlo Oficial

Aplicam-se as taxas de controlo oficial legalmente estabelecidas no Despacho nº 3044/2024 de 9 de fevereiro de 2024, publicado do DR 2ª série em 21 de março de 2024, na tabela 2, alínea nº 9 - outras declarações 31,69 euros e que entra em linha de conta com o previsto no ponto VII, do capítulo I do Anexo IV do Regulamento (UE) nº 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março.

4. Enquadramento Legal

Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos, que altera os Regulamentos (CE) nº 999/2001, (CE) nº 396/2005, (CE) nº 1069/2009, (CE) nº 1107/2009, (UE) nº 1151/2012, (UE) nº 652/2014, (UE) 2016/429 e (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, os Regulamentos (CE) nº 1/2005 e (CE) nº 1099/2009 do Conselho, e as Diretivas 98/58/CE, 1999/74/CE, 2007/43/CE, 2008/119/CE e 2008/120/CE do Conselho, e que revoga os Regulamentos (CE) nº 854/2004 e (CE) nº 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 89/608/CEE, 89/662/CEE, 90/425/CEE, 91/496/CEE, 96/23/CE, 96/93/CE e 97/78/CE do Conselho e a Decisão 92/438/CEE do Conselho.

Regulamento Delegado (UE) nº 2019/2124 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que completa o Regulamento (UE) nº 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às regras de controlo oficial das remessas de animais e mercadorias em trânsito ou objeto de transbordo ou de prosseguimento do transporte na União e que altera os Regulamentos (CE) nº 798/2008, (CE) nº 1251/2008, (CE) nº 119/2009, (UE) nº 206/2010, (UE) nº 605/2010, (UE) nº 142/2011 e (UE) nº 28/2012

da Comissão, o Regulamento de Execução (UE) nº 2016/759 da Comissão e a Decisão 2007/777/CE da Comissão.

Regulamento de Execução (UE) 2021/632 da Comissão de 13 de abril de 2021 que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às listas de animais, produtos de origem animal, produtos germinais, subprodutos animais e produtos derivados, produtos compostos, bem como feno e palha sujeitos a controlos oficiais nos postos de controlo fronteiriços, e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2019/2007 da Comissão e a Decisão 2007/275/CE da Comissão.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2025
A Diretora-Geral

Susana Guedes
Pombo

Assinado de forma digital por Susana Guedes Pombo
DN: c=PT, title=Diretor Geral, ou=Gabinete da Diretora Geral, o=Direção Geral de Alimentação e Veterinária, sn=Guedes Pombo, givenName=Susana, cn=Susana Guedes Pombo
Dados: 2025.02.18 16:57:27 Z

Susana Guedes Pombo